



ATA 17/2026 - SESSÃO ORDINÁRIA

17ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa
da 14ª Legislatura - 13 de julho de 2026.

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas e quarenta e dois minutos, reuniram-se em Sessão Ordinária no recinto da Câmara Municipal de Vereadores de Braga-RS, presidida pela Vereadora Inez Teresinha Lorenzatto Della Libera (PP) 1ª Verificação de Quórum de Abertura, estando presente os seguintes Vereadores: Ver. Inez Teresinha Lorenzatto Della Libera (PP), Ver. Genesio Bartolomeu Renz (PT), Ver. Ivone Amaral da Silva (MDB), Ver. Adimir Werner Schmitt (MDB), Ver. Carlos Alberto Lorenzatto (PP), Ver. Dorival Mattos de Moraes (PDT), Ver. Everaldo Mangini (MDB), Ver. Everton Della Libera (PP), Ver. Orlando Ricardo Tavares (MDB). A Presidente invocando a proteção de Deus e com fundamento na Lei Orgânica declarou aberta a Sessão. Leitura de um trecho bíblico pelo Ver. Everaldo. Em prosseguimento passou à deliberação da ata da sessão anterior, Ata nº 16, Sessão Ordinária, de 06 de julho de 2026. Ata aprovada, por unanimidade. Em seguida a Presidente determinou a leitura das matérias previstas no Expediente, na forma prevista no art. 162 e 163 do Regimento Interno. LEITURA DOS OFÍCIOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS: Convite ACAMRECE; Ofício nº. 04.2026 - CPERS e Ofício SEFAZ nº. 011/2026. PEQUENO EXPEDIENTE: INDICAÇÃO Nº. 08/2026 - VER. EVERTON DELLA LIBERA que indicou ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que encaminhe para a Casa Legislativa Projeto de Lei instituindo incentivo financeiro municipal aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE), inclusive prevendo o pagamento retroativo referente aos exercícios de 2022, 2023, 2024 e 2025, como forma de valorização dos profissionais e reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à população. LEITURA DO EXPEDIENTE E PROPOSIÇÕES: Iniciada a leitura do Projeto de Lei Nº 51 de 13 de julho de 2026, que ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.743/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A proposição foi encaminhada para as Comissões de Legislação e de Finanças. Iniciada a leitura do Projeto de Lei Nº 52 de 13 de julho de 2026, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. A proposição foi encaminhada para as Comissões de Legislação e de Finanças. ORDEM DO DIA: LEITURA DOS PARECERES DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO E FINANÇAS REFERENTES AO PROJETO DE LEI Nº. 045/2026. Em seguida os Pareceres foram postos em discussão, não havendo manifestações foram postos em votação, sendo aprovados por todos. Iniciada a apreciação do Projeto de Lei Nº 45 de 13 de julho de 2026, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT. Em seguida o Projeto foi posto em discussão, não havendo manifestações foi posto em votação, sendo aprovado por todos. LEITURA DOS PARECERES DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO E FINANÇAS REFERENTES AO PROJETO DE LEI Nº. 046/2026. Em seguida os Pareceres foram postos em discussão, não havendo manifestações foram postos em votação, sendo aprovados por todos. Iniciada a apreciação do Projeto de Lei Nº 46 de 13 de julho de 2026, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT. Em seguida o Projeto foi posto em discussão, não havendo manifestações foi posto em votação, sendo aprovado por todos. LEITURA DOS PARECERES DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO E FINANÇAS REFERENTES AO PROJETO DE LEI Nº. 047/2026. Em seguida os Pareceres foram postos em discussão, não havendo manifestações foram postos em votação, sendo aprovados por todos. Iniciada a apreciação do Projeto de Lei Nº 47 de 13 de julho de 2026, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR CONVÊNIO. Em



Município de Braga - RS

Poder Legislativo

Câmara Municipal de Vereadores

Plenário

seguida o Projeto foi posto em discussão, o Ver. Genésio saudou a todos e disse que estava muito feliz com o referido projeto, que junto com os demais Vereadores do Distrito de Pedro Garcia, pleiteou por esta conquista. Destacou que era uma satisfação o Estado ter se prontificado a fazer as referidas pontes, sendo de suma importância para a comunidade de Pedro Garcia e demais pessoas que precisavam passar por aqueles locais diariamente. Não havendo mais manifestações, o Projeto foi posto em votação, sendo aprovado por todos. LEITURA DO PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº. 049/2026. Em seguida o Parecer foi posto em discussão, não havendo manifestações foi posto em votação, sendo aprovado por todos. Iniciada a apreciação do Projeto de Lei Nº 49 de 13 de julho de 2026, que PRORROGA O PRAZO PARA A ENTREGA DA LDO PARA O EXERCÍCIO 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Em seguida o Projeto foi posto em discussão, não havendo manifestações foi posto em votação, sendo aprovado por todos. LEITURA DO PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº. 050/2026. Em seguida o Parecer foi posto em discussão, não havendo manifestações foi posto em votação, sendo aprovado por todos. Iniciada a apreciação do Projeto de Lei Nº 50 de 13 de julho de 2026, que CRIA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - FMDM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Em seguida o Projeto foi posto em discussão, a Ver. Ivone saudou a todos, parabenizou a administração pela criação do Projeto, tendo em vista que o município de Braga era um dos poucos municípios da região que ainda não havia criado o Fundo de acolhimento às mulheres vítimas de violência, bem como canal de atendimento. Ressaltou a importância de existir meios acessíveis de acolhimento, tendo em vista os altos índices de ocorrências de violências contra as mulheres. Não havendo mais manifestações o Projeto foi posto em votação, sendo aprovado por todos. Prestação de contas - despesas da Câmara no mês de junho de 2026: Energia Elétrica - R\$ 446,34; Água - R\$ 70,43; Telefone - R\$ 207,06; Internet - R\$ 114,90; Abase - R\$ 2.828,50; Aluguel - R\$ 2.775,50; Aticon Tecnologia da Informação - R\$ 1.737,28; In legis - Consultoria e Assessoria R\$ 854,98; Observador Regional - R\$ 1.350,00; INSS Servidores e Vereadores - R\$ 10.544,72; Subsídio dos Vereadores - R\$ 36.676,10; Salário dos Funcionários - R\$ 23.970,22; Vale-alimentação dos funcionários - R\$ 2.625,00; IPÊ-Saúde - R\$ 1.932,50; Tarifa Bancária Ipê-Saúde - R\$ 20,34; LC Comunic - Ajustes no site R\$ 70,00; Material de Higiene, Limpeza e Consumo - R\$ 249,92; Gráfica - R\$ 50,00. Total de despesas da Câmara - R\$ 86.591,63. Devolução para a Prefeitura - juros da aplicação financeira - R\$ 3.441,70. Duodécimo Recebido - R\$ 158.503,32. Esgotada a Ordem do Dia, foi concedida a palavra para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, na forma prevista no art. 169 do Regimento Interno, conforme inscrição prévia. Usou da palavra o Vereador Dorival, que saudou a todos. Comentou sobre a realização da ação solidária “Pegue e Leve” em prol do Hospital Santo Antônio de Braga, consistente na venda de almoços ao valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), destacando a importância da participação da comunidade na arrecadação de recursos para a entidade. Explicou que, em razão da interdição do Hospital, o Município e a Câmara de Vereadores encontram-se legalmente impedidos de repassar recursos públicos à instituição, motivo pelo qual iniciativas dessa natureza são fundamentais para custear as adequações exigidas para sua reabertura. mencionou que ainda há pessoas que acreditam que o Hospital não voltará a funcionar, afirmando que muitos somente apoiam causas consideradas fáceis. Ao final, reforçou o convite para que a população prestigiasse a Ação Solidária, colocando-se à disposição para buscar os almoços destinados ao Distrito de Pedro Garcia, e parabenizou o Provedor do Hospital pelo trabalho que vem desenvolvendo em favor da instituição. Na sequência, usou da palavra o Vereador Genésio, que saudou a todos. Manifestou preocupação com diversos acontecimentos que, em sua avaliação, vinham ocorrendo no Estado, mencionando, entre eles, a situação das consequências da privatização do abastecimento de água e a proposta de



Município de Braga - RS
Poder Legislativo
Câmara Municipal de Vereadores
Plenário

privatização da educação estadual. Informou que posteriormente seria apreciado um pedido de Moção de Repúdio relacionada ao tema, oportunidade em que seria debatida de forma mais ampla, mas desde já registrava seu posicionamento contrário à privatização proposta. Finalizou afirmando que, conforme seu entendimento, a educação estadual vem apresentando bons resultados, não havendo necessidade da referida mudança. Em seguida, usou da palavra a Vereadora Inez, que saudou a todos e agradeceu a presença do Provedor do Hospital, Sr. Sinval. Manifestou confiança de que a ação solidária “Pegue e Leve” proporcionaria significativa arrecadação de recursos para a entidade, destacando que iniciativa semelhante, realizada pelo Grupo de Mães do qual faz parte, obteve excelente resultado financeiro. Por fim, ressaltou a importância de a comunidade continuar apoiando e participando das ações promovidas em benefício do Hospital Santo Antônio de Braga. Nada mais havendo a tratar, às 19h30min, lavrou-se a presente ata que vai assinada por mim, 1ª Secretária da Câmara e pela Presidente da Mesa Diretora. Câmara Municipal de Vereadores de Braga, aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis.

Vereadora Inez Teresinha Lorenzatto Della Libera

Presidente da Câmara

Vereadora Ivone Amaral da Silva

1º Secretário(a) da Câmara